



-----ATA Nº 9/2015-----

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Auditório da Sede da Junta, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Selho S. Jorge, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto um: Análise da atividade da Junta.-----

-----O presidente da mesa deu início à sessão, comunicando a substituição do eleito da Coligação Juntos por Guimarães, Daniel Dias, pelo deputado Pedro Canário. A deputada eleita pela CDU, Balbina Pimenta, também na impossibilidade de estar presente, foi substituída por Liliana Oliveira. A deputada do Partido Socialista, Cristina Machado, foi substituída pela deputada Rosa Maria Almeida. A deputada da CDU, Susana Lopes, pediu a renúncia do mandato e, por este motivo, será substituída pelo deputado Alberto Pereira.-----

-----O Presidente da Assembleia indagou o deputado Alexandre Marques pedindo a confirmação da receção das atas pedidas das reuniões mensais de Junta, desde o início do ano até ao mês de junho.-----

----- Antes de dar a palavra aos intervenientes, foram lidos os seguintes votos pelos eleitos da assembleia: Voto de Pesar pelo falecimento do pai do deputado Alexandre Marques e da avó do deputado José Rui Barroso; e Voto de Louvor à banda de música da Sociedade Musical de Pevidém e ao maestro Vasco Silva De Faria pela conquista do primeiro lugar, no concurso do XVI Certamen Internacional de Bandas “Vila de Aranda”, em Espanha e pelo prémio de melhor maestro, ambos os votos foram deliberados e aprovados por unanimidade.-----

-----O presidente informou que uma vez que a ata já tinha sido enviada aos membros da Assembleia, com as correções solicitadas, não se procederia à leitura da mesma, passando-se de imediato à votação. Assim, posta à votação, a mesma foi aprovada por maioria, com doze votos a favor, sendo seis dos deputados da coligação Juntos por Guimarães, cinco dos eleitos pela CDU e um do deputado do Partido Socialista. Houve uma abstenção, do deputado do Partido Socialista, por ausência na Assembleia anterior. -----

-----Iniciou-se o período antes da ordem de trabalhos, que registou três intervenções. -----

-----O deputado da CDU, Alberto Pereira, depois de cumprimentar todos os presentes, questionou se a junta já procedeu às análises das águas das fontes da freguesia e se sim, gostaria de ter informação sobre quais as fontes com água própria para consumo e quais as fontes impróprias para consumo. Evidenciou vários pontos negros da praça Francisco Inácio, que transmitem uma imagem degradada da Vila, tais como: bancos partidos, pavimento em mau estado, principalmente em zonas de passeio, tocos das árvores e as casas de banho, que continuam encerradas. Após esta apresentação, questionou a data para a resolução destas situações. Referiu ainda que num passado bem recente, a Câmara já teve quatro funcionários de varredura das ruas da vila, alguns dos quais ao abrigo do IEFP e, neste momento, só tem um, questionando assim se a junta tinha alguma informação sobre este assunto. Pediu também para proceder à limpeza da frase escrita na entrada principal do mercado e alertou para o perigo da queda de estuque da fachada da antiga empresa TARF para a via pública, pondo em perigo os transeuntes. -----

-----A eleita do PS, Rosa Maria Almeida, lamentou a morosidade na elaboração do regulamento para a atribuição de subsídio às associações da Vila, apesar de ter conhecimento que já foram efetuados contactos com as diferentes forças políticas, no sentido de dar início ao processo. Contudo, a deputada não percebe a razão de tanta demora, visto que este regulamento, no mandato anterior, foi um assunto, que as forças políticas PS e PSD estavam de acordo.

Recordou que na Assembleia de fevereiro de dois mil e catorze, quando o presidente foi questionado sobre este assunto, o mesmo alegou que o pouco tempo de exercício não lhe tinha permitido a elaboração do regulamento. No entanto, a deputada frisou que já passaram um ano e sete meses e nada foi feito. Apelou para que este processo decorra com a maior brevidade possível por forma a que este regulamento entre em vigor no próximo ano. Lamentou a falta ou a tardia manutenção da página da Junta de Freguesia, referindo que a última notícia publicada tem data de vinte e um de julho e, com certeza, haveria mais informação que poderia ser lá colocada. Realçou ainda que a página é um instrumento de informação e de divulgação de todos os assuntos que possam ser do interesse dos pevidenses e, por este motivo, deveria ter uma atualização com maior periodicidade. Destacou positivamente que a página do *Facebook* tem uma melhor manutenção, mas avisou que nem toda a gente tem página nesta rede social. Lamentou a nova disposição da Assembleia e a posição em que se encontra. Apesar de saber que é a disposição adoptada na Assembleia Municipal, refere que esta é uma Assembleia de Freguesia, onde existe uma maior proximidade.-----

-----O eleito pelo PS, José Lemos, relatou que na última Assembleia de Freguesia quando foi abordado o assunto das comemorações do vigésimo aniversário da elevação de Pevidém a Vila e na intervenção do deputado da CDU, Alexandre Marques, este referiu que desconhecia alguma iniciativa para elaboração do regulamento para as distinções honoríficas. Em resposta ao deputado o Presidente respondeu que existia um esboço para o dito regulamento partilhado pelo Partido Socialista, a quando da auscultação dos partidos para a elaboração do Plano de Atividades. Apesar de concordar que a participação de todos os membros da Assembleia na elaboração do regulamento seria mais vantajoso, desconhece qualquer esboço em que o Partido Socialista tenha participado, mostrando-se disponível para colaborar sempre que seja solicitado. Lamentou ainda a representação do partido MPT para a distribuição dos lugares na Assembleia de Voto nas Eleições para a Assembleia da República e expressou que, não querendo rotular ninguém a nenhum partido, na sua opinião, foi uma forma de retirar elementos aos outros partidos, porque na verdade são dez os elementos da coligação.-----

-----Para esclarecer o deputado eleito pela CDU, Alberto Pereira, o Presidente da Junta informou que, relativamente à análise das águas das fontes da Freguesia, por indicações técnicas do laboratório, só deveria ser feita no mês de setembro, visto que seria o mês mais adequado para fazer essa análise. Apesar de já ter sido feita a recolha para analisar as águas, neste momento, aguardam-se os resultados. Concordou com as palavras do deputado quando este se referiu aos pontos negros da Praça Francisco Inácio, e, informou que a Junta tem um compromisso assumido pelo DOM que iriam efetuar a intervenção nos pontos mencionados antes da Expo Pevidém, mas por questões de disponibilidade de funcionários esta intervenção ainda não foi possível ser efetuada. Relativamente à limpeza, a Junta tem conhecimento que desde julho, havia apenas um funcionário para proceder à limpeza de toda a vila, porque, neste momento, um dos funcionários está de licença de paternidade e o outro está de baixa. Segundo indicações da Câmara, em setembro, serão afetos para a vila de Pevidém três novos funcionários de forma a colmatar esta falha. Visto que os funcionários que são afetados para as vilas são ao abrigo dos programas de contrato emprego de inserção, alguns candidatos recusaram-se a fazer este tipo de prestação de serviços, por esta razão, a Câmara não tem possibilidade de afetar ninguém para a vila de Pevidém. Deste modo, o presidente respondeu que não poderá calendarizar a resolução desta falha e concorda que, realmente, nesta fase de

queda da folha, é a fase em que mais se necessita destes serviços. Quanto à fachada da antiga empresa TARG, informou que a Junta já notificou o proprietário e, quanto à limpeza da frase escrita na entrada do mercado, vai averiguar, pois a Junta ainda não tinha conhecimento da situação.-----

----O Presidente da Junta esclareceu a deputada, Rosa Maria Almeida, dizendo que discorda com o que a deputada disse relativamente à morosidade na elaboração do regulamento. Afirmou que, de facto, em dois mil e catorze, a Junta não conseguiu elaborar o regulamento, mas recordou que, em Pevidém, e, apesar do Partido Socialista ter pertencido ao último mandato, não há, nem nunca houve um regulamento. Situação que é de lamentar. Justificou que a intenção da Junta é efetuar o regulamento de uma forma inclusiva, devendo-se enfatizar o facto de auscultação de todas as forças políticas para a elaboração do regulamento, tornando, assim, o processo mais lento. Mencionou que gostaria que este processo terminasse no final do ano, mas não sabe se será possível. Informou que à data desta Assembleia, já poderia ter havido uma reunião, mas tal não se concretizou por motivos pessoais de uns ou outros elementos. No que se refere à manutenção da página da Junta de Freguesia, disse que nos dias de hoje toda a procura é na página do *Facebook*, não querendo com isto desculpabilizar a Junta. Neste sentido, a página da rede social é extraordinariamente bem atualizada e muito bem gerida. Referiu que há sempre aspectos a melhorar, mas, na sua opinião, a página do *Facebook* é o veículo mais adequado para a publicação de qualquer notícia/iniciativa da Junta. Quanto à disposição da Assembleia, disse que decidiram adotar a disposição do hemiciclo, disposição adotada também pela Assembleia Municipal.-----

----Quanto à intervenção do deputado eleito pelo PS, José Lemos, o Presidente da Junta esclareceu que, aquilo a que se queria referir nas comemorações era sobre o regulamento do prémio de mérito, designado Prémio de Mérito Alfredo Pimenta, sobre o qual, a Junta teve o apoio do Partido Socialista na sua elaboração. Informou que o Executivo retirou alguma informação desse regulamento para a atribuição das medalhas. Apesar do senhor deputado Alexandre Marques dizer que o processo da atribuição das medalhas deveria ser mais inclusivo, auscultando todas as forças políticas, o Executivo assumiu toda a responsabilidade nas escolhas dos homenageados. Relativamente à representação do partido MPT, o Presidente da Junta, disse que isso era uma questão partidária e não uma questão da Junta de Freguesia. -

----O deputado da CDU, Alberto Pereira, mencionou que em relação às análises da água tem dúvidas que a altura ideal seja o mês de setembro, visto que já passou a primavera e o verão e, neste momento, já se está no outono e só agora é que as pessoas irão ficar informadas se a água está em condições para consumo. Em relação à intervenção dos bancos partidos, o deputado referiu que o Presidente falou do DOM, mas esta intervenção está no plano e orçamento da Junta, logo esta intervenção não tem qualquer relação com a Câmara. Questionou novamente sobre as casas de banho e lembrou o que o Presidente dissera na Assembleia de abril.-----

----A eleita do partido socialista, Rosa Maria Almeida, afirmou que não há dúvida nenhuma que é preferível fazer um regulamento para atribuição de subsídios às associações, bom e inclusivo, auscultando todas as forças políticas, do que um regulamento feito à pressa, mas, considerou que um ano e sete meses é demasiado tempo para agendar a primeira reunião que daria início ao processo. Relativamente à página Web da Junta, afirmou que utiliza mais a página do *Facebook*, mas tem colegas que não tem esta ferramenta, reforçando que a página

Web terá que ser mais atualizada, para que as pessoas que não possuem redes sociais não percam o interesse e deixem de consultar a mesma.

----O deputado do Partido Socialista, José Lemos, lembrou o que está escrito na ata passando a citar “o esboço para o regulamento foi partilhado com os representantes do Partido Socialista aquando da auscultação dos partidos para a elaboração do plano de atividade” e, posto isto, se o Presidente da Junta falou dos partidos, fez referência ao PS e aos restantes partidos e, se é um esboço, na sua opinião, foi algo partilhado pelos partidos que compõem a Assembleia. Em relação à representação do partido MPT, discordou da opinião do Presidente, dizendo que este assunto pode ser discutido antes do período da ordem do dia, pois não se trata de um assunto partidário e salientou que apenas constatou um facto.-----

----Para esclarecer o deputado José Lemos, o Presidente da Junta proferiu que não leu a ata e, por esse motivo, não sabe o que lá está escrito e referiu que o que quis dizer é que havia um esboço do regulamento do Prémio de Mérito Alfredo Pimenta e que esse esboço serviu de algum suporte para a atribuição das medalhas honoríficas.-----

----O Presidente da Junta para esclarecer a deputada, Rosa Maria Almeida, frisou que passaram apenas nove meses da intenção de preparação do regulamento para a atribuição de subsídios às associações da freguesia, pois esta era uma proposta do plano de actividades para dois mil e quinze. Pronunciou ainda que existem duas formas de analisar o início da elaboração deste regulamento. Uma delas é enfatizar o facto de ser a primeira vez que a Junta tem intenção de iniciar este processo inclusivo, a outra forma é que, ao fim de muitos anos e mandatos, alguém quis iniciar este processo. Relativamente à página Web da Junta, a página é atualizada, à exceção do período do interregno do mês de agosto, período de férias. Constatou que há, de facto, o interregno do mês de agosto, visto que a última atividade que foi publicada na página Web, foi do mês de julho. Na sua opinião, as duas páginas (Web e Facebook) não deveriam ser criticáveis, já que a Junta não tem nenhum profissional de informação, sendo que a pessoa responsável pelas publicações fá-lo de forma voluntária e graciosa, concluindo que, de facto, há sempre espaço para melhorar, embora considere que esta gestão é feita de forma excelente. -----

----Para esclarecer o deputado da CDU, Alberto Pereira, o Presidente da Junta afirmou que não é técnico de trânsito, nem técnico das águas, por esse motivo não irá discutir questões ditas pelos técnicos das áreas. Quanto aos bancos partidos da Praça Francisco Inácio, disse que era realmente uma proposta que constava do Plano de Atividades de dois mil e quinze, mas se conseguir realizar esta intervenção sem onerar a Junta também o fará, mesmo que essa intervenção demore mais tempo. Caso esta intervenção não seja feita pelo DOM, então a Junta assumirá toda a responsabilidade dessa intervenção. Relativamente às casas de banho, afirmou que o encerramento não foi da responsabilidade da Junta, mas sim da Câmara, por este motivo, a Junta não poderá assumir esta responsabilidade e nem poderá calendarizar a resolução desta situação. Informou ainda que a Junta já questionou a Câmara sobre este assunto e, na sua opinião, infelizmente, não está perto de ser resolvido.-----

----Posteriormente, deu-se início à ordem de trabalhos. O vogal Carlos Marques apresentou o relatório de atividades realizadas nos últimos três meses. Sobre este ponto, registaram-se quatro intervenções. -----

----O deputado eleito pela CDU, Alberto Pereira, iniciou a sua intervenção identificando algumas situações em relação à limpeza de terrenos, tais como: Barreiro de Cima, junto ao Maraus-Pub, na Rua 25 de Abril, o terreno do Senhor Armindo, na Urbanização do Picoto, ao

lado do cemitério, na habitação em frente à estação dos Correios e o pequeno espaço do terreno do Edifício Jardim e questionou se as situações mencionadas se estão a ser acompanhadas pela Junta para a sua resolução.-----

-----A deputada eleita pelo Partido Socialista, Rosa Maria Almeida, referiu que é normal haver uma explanação sobre a atividade da Junta e, por vezes, com essa explanação, algumas dúvidas ficam esclarecidas, o que não foi o caso, pois o vogal Carlos Marques apenas se limitou a fazer a leitura do mesmo. Relativamente à Ação Social, perguntou sobre quais as campanhas solidárias realizadas e de que forma foram feitos esses apoios.-----

-----O deputado eleito pelo Partido Socialista, José Lemos, informou que a Rua do Outeiro e a Urbanização da Lapa têm o piso em mau estado, ambas as ruas precisavam de uma reparação.

-----O deputado eleito pela CDU, Manuel Pinto, mencionou que analisar a atividade da Junta não é elencar um rol de atividades apoiadas ou executadas pela Junta. Referiu ainda, que faltam três meses para o término do ano e a Junta ainda não revelou nenhuma obra protocolada com a Câmara, através do contrato interadministrativo. Relembrou que no contrato interadministrativo, consta a verba de trinta e quatro mil setecentos e quatro euros e oitenta cêntimos, que a Junta repartiu por três obras: pavimentação da Rua do Senhor dos Perigos, arranjo urbanístico do Largo da Várzea, que perfaz um total de vinte e quatro mil e setecentos e quatro euros e ainda dez mil euros para a requalificação do cemitério. Mencionou que o arranjo urbanístico do Largo da Várzea não constou no PPI aprovado pela Assembleia e, por este motivo, questionou se as obras iriam arrancar brevemente. Relativamente ao encontro de bombos organizado pela associação de grupo de bombos Tokaki, salientou que este encontro não deveria ser o primeiro, mas sim o segundo que não se realizou. Referiu que, visto que o encontro de bombos só se realizou uma vez e foi no ano transato, esta iniciativa deveria estar mencionada nas iniciativas culturais e recreativas por parte das associações locais, mas a Junta considerou que este facto é para preservar costumes e tradições da terra. Terminou dizendo, que é da opinião que a ata seja lida, para evitar ouvir frases do Presidente a argumentar que desconhece o conteúdo da ata.-----

-----A vogal, Paula Correia, esclareceu a deputada Rosa Maria Almeida ao mencionar quais as campanhas do âmbito social, tais como, Caritas na época de Natal, venda de Pirlampos, construção de retalhos, por parte do ateliê para a Associação de Solidariedade Social dos Professores, para a recolha de donativos para comprar uma máquina para o serviço oncológico do Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães e algumas da Cruz Vermelha, nem que seja, apenas na divulgação das mesmas.-----

-----Para esclarecer o deputado Alberto Pereira, o Presidente da Junta referiu que os terrenos que o deputado mencionou, fazem parte da listagem das comunicações à Câmara. A Junta quando tem conhecimento de alguma situação, tenta que seja resolvido de uma forma cordial, contactando o proprietário e pedindo a sua colaboração, caso não seja efectuada essa limpeza, notifica o Município, que tem a autonomia para obrigar os proprietários a proceder à limpeza.

-----O Presidente da Junta, para esclarecer o deputado José Lemos, leu o *e-mail* que a Junta recebeu no dia dezassete de setembro do Dr. Armindo Costa e Silva, Presidente da Vimágua, após as várias insistências, sobre as anomalias do piso da Rua Padre José Gonçalves, Rua da Saudade e Urbanização da Lapa, em que esta entidade se compromete a efetuar esta intervenção brevemente. -----

-----Para esclarecer o eleito pela CDU, Manuel Pinto, o Presidente da Junta informou que prefere analisar o Plano de Atividades por percentagem e constatou que relativamente à

execução do mesmo, cumpriram-se setenta e seis por cento, faltando vinte e quatro por cento, sendo uma taxa de execução altíssima, para um Plano de Atividades com oitenta e quatro propostas, em comparação com anos anteriores, com cerca de sessenta. Quanto à execução das obras, o Presidente da Junta disse que a Rua Senhor dos Perigos é para ser executada e que só não o foi, ainda, porque a Rua não é abastecida pela rede de saneamento. O procedimento que parece mais adequado à Junta é, antes de pavimentar, notificar as entidades responsáveis, pois a intenção é pavimentar a Rua. Informou ainda que a Junta está em conversações, já que a Vimágua quer imputar essa responsabilidade à Junta e, na perspectiva da Junta, essa responsabilidade não lhe cabe. Apesar de a Junta ter os documentos de todos os moradores que se comprometem a fazer a ligação ao ramal, assim que essa ligação for estabelecida, a obra será iniciada. Por este motivo, a obra está atrasada, e só irá ser pavimentada quando a Vimágua proceder ao abastecimento da rede de saneamento. Sobre o Largo da Várzea, o Presidente da Junta informou que, para elaborar o estudo é necessário fazer o levantamento topográfico, porque se existia um estudo do Largo da Várzea, tanto a Junta como o arquiteto Filipe Fontes desconhecem-no. Só depois deste levantamento e juntamente com o departamento urbanístico da Câmara é que se irá proceder ao referido estudo. Informou ainda que a situação financeira está controlada e equilibrada e que a Junta tem condições para cumprir o PPI e o Plano de Atividades. Relativamente à obra do cemitério, o Presidente informou que a primeira fase será concluída provavelmente até ao final do ano. Para finalizar, o Presidente garantiu que não teve acesso à ata e informou que desconhecia a forma de funcionamento no mandato anterior, salientando que o atual Executivo não tem acesso a esse documento.-----

-----O Presidente da Assembleia esclareceu os deputados dizendo que a ata não foi lida e lembrou que este pedido foi aceite, com a concordância de todos os deputados.-----

-----O deputado da CDU, Alexandre Marques, pediu a palavra para acrescentar que os deputados da CDU, foram sempre defensores da leitura da ata, principalmente por respeito ao público, para que as pessoas que não assistiram à Assembleia anterior, tivessem conhecimento dos assuntos tratados na mesma. Acrescentou ainda que a ata é feita com base numa gravação e que tem de ser fiel a essa gravação, pois, se alguém quiser, poderá confrontar se o que está na ata foi realmente o que se disse na Assembleia.-----

-----O Presidente da Junta contestou o que disse o deputado, Alexandre Marques, afirmando que não pôs em causa a veracidade da ata, elucidou que não foi isso que quis dizer e acrescentou que o deputado estava a tentar deturpar aquilo que realmente foi dito. Concordou ainda que, por respeito ao público, a ata seja lida, mas informou que foi deputado da Assembleia durante quatro anos e que nunca se apresentou o PAO, e que o público não tinha acesso ao mesmo antecipadamente, questionando, assim, o respeito ao público. -----

-----O deputado da CDU, Alexandre Marques, apresentou voto de protesto contra a afirmação do Presidente da Junta, ao mencionar que o público não tinha acesso a alguns documentos. O deputado frisou que na Assembleia estavam presentes munícipes que não tinham sido eleitos e que podiam testemunhar se tiveram ou não acesso a esses documentos, inclusivamente ao Plano de Atividades, que era afixado à porta da Junta, e que sempre facultaram cópias ao público dos documentos que solicitassem. -----

-----Por fim, foi aberto o período de intervenção do público, não se verificando qualquer registo.-----

----Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e dela se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Isabel Machado, que a secretariei, e pelo Presidente da Assembleia, José Campos.-----

O Presidente da Mesa _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____